

A educação e a crise*

Antonio Ozaí da Silva**



Em dezembro de 2008, a *Republic Windows and Doors*, fabricante de janelas e portas, em Chicago (EUA), demitiu 260 trabalhadores. Seu argumento: a continuidade da produção foi inviabilizada devido à suspensão da linha de crédito pelo *Bank of America*. Os operários foram demitidos sem nem ao menos receberem salários e benefícios devidos, além da empresa descumprir a legislação trabalhista. Em resposta, ocuparam a fábrica. Detalhe importante: o *Bank of America*, segundo o sindicato, fora agraciado com a injeção de US\$ 25 bilhões, provenientes de recursos públicos. O senador Dick Durbin, reconheceu o absurdo da situação: “entregamos bilhões a bancos como o Bank of America, e a

razão para isso era para que continuassem emprestando esses fundos a empresas como a Republic, para que não fossem perdidos postos de trabalho aqui nos Estados Unidos”.¹ Desde então, o número de desempregados só cresceu...

O investimento estatal para socorrer os ricos, bancos e indústrias, passou a ser uma prática adotada por todos os governos, dos EUA à Europa. São bilhões de dólares e euros para sanar as finanças, tentar evitar falências e dominar a crise. A bola da vez foi a General Motors dos EUA. A GM, fundada há 101 anos, uma das maiores montadoras de automóveis no mundo, pediu concordata. O governo Barack Obama, mais uma vez, saiu em socorro e injetou mais de US\$ 30 bilhões, tornando-se o sócio majoritário da empresa (terá o controle de 60% das ações). O governo do Canadá, que tem interesse na boa saúde da GM, investiu US\$ 9,5 bilhões e ficará com o controle de 12% da empresa. Detalhe: o Tesouro norte-americano já havia colocado cerca de US\$ 19 bilhões na GM.

A GM não é a primeira. A Chrysler, terceira maior montadora de veículos dos Estados Unidos, pediu concordata no final de abril. O plano para recuperá-la também incluiu investimento do Tesouro americano, que terá 8% de participação na empresa, e até mesmo a participação do governo do Canadá que, juntamente com a província de Ontário, controlarão 2% das ações.

* Elaborado por ocasião da participação no lançamento da *Revista Educação de Classe*, da *Corrente Sindical Conspiração Socialista (APEOESP)*, em 06 de junho de 2009.

** Professor do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, e autor de “*Maurício Tragtenberg: Militância e Pedagogia Libertária*” (Ijuí: Editora Unijuí, 2008). Email: aosilva@uem.br. Blog: <http://antonio-ozai.blogspot.com>

¹ Ver: “Tomada de fábrica por operários vira luta nacional nos EUA”. Carta Maior, 10.12.3008, disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15421. Acesso em 02 de junho de 2009.

Desde que estourou a crise, acumularam-se os exemplos de intervenção direta dos Estados em socorro ao capital financeiro e industrial. Claro, em nome da manutenção dos empregos, da superação da crise e dos interesses da sociedade. A ação salvadora do Estado não garante a retomada dos empregos, e nem abala a estrutura do capital. A reestruturação da GM, por exemplo, não prevê o fechamento de diversas unidades nos EUA e a conseqüente perda de postos de trabalho. Segundo estimativas conservadoras, serão demitidos cerca de 20 mil trabalhadores. Considerando-se a cadeia produtiva automotiva, este número pode atingir a casa dos 100 mil.² Isto, apesar dos bilhões de recursos públicos investidos e da empresa ter sido praticamente estatizada.

Refêns do “Grande Drácula”

Parafraseando o escritor Gabriel García Márquez, a crise é a “crônica de uma morte anunciada”. Ela faz parte da lógica do funcionamento da sociedade capitalista. Ela aniquila projetos de vida, assassina esperanças. O capital é o Drácula moderno, o vampiro que se alimenta do sangue do trabalho vivo. Porém, mais sedento que o personagem de Bram Stoker, não se limita a consumir as energias vitais dos trabalhadores. As crises ceifam sonhos e vidas.

O sofrimento de milhões de trabalhadores desempregados é reduzido à estatística. O trabalhador torna-se fator econômico, como o cálculo empresarial. As coisas parecem “naturais”. O consumo cai e provoca a queda das vendas; os produtos acumulam-se nos pátios das empresas e estas se vêem obrigadas a diminuir a produção. É preciso demitir. Tudo parece muito “natural”, mas não é.

Engordar, empanturrar-se de trabalho vivo quando os tempos são de “vacas gordas” é parte da lógica do sistema. Do pequeno e médio empresário à empresa multinacional, a lógica perversa que mantém a máquina em funcionamento tem o mesmo fundamento: o lucro. Ao primeiro alerta de que não mais será possível manter a taxa de lucro, as facas já estão afiadas para degolar “empregos”.

Seres humanos são lançados à desesperança e retiraram-lhes as condições para a sobrevivência. E o lucro gerado na fase de crescimento? A empresa investiu, seus diretores e acionistas consumiram. Agora, os trabalhadores são chamados para dividir os prejuízos e pagar a crise. A sociedade torna-se refém do ‘grande Drácula’ e é chamada para salvá-lo pela injeção de dinheiro público.³

² Estes números são apenas parte do problema social causado pelo desemprego em massa. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o número global de desempregados, até o final de 2009, poderá aumentar em 20 milhões – ultrapassando o número de 200 milhões de desempregados no mundo pela primeira vez na História. As condições sociais tendem a se deteriorar ainda mais: “Além disso, o número de pessoas trabalhando e vivendo com menos de um dólar por dia poderá aumentar em 40 milhões e o de pessoas vivendo com 2 dólares por dia em 100 milhões.” Ver: “Número global de desempregados pode passar de 200 milhões”. Carta Maior, 28.10.2008, disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15334. Acesso em 02 de junho de 2009.

³ Segundo estudo divulgado no final de 2008 foi investido mais de quatro trilhões de dólares para o auxílio às instituições financeiras, “um valor quarenta vezes superior ao que se investe para combater a pobreza e a mudança climática. Os US\$ 152,5 bilhões investidos pelos EUA para o resgate de uma só empresa, a AIG, supera longe os 90,7 bilhões de dólares que esse país e os europeus destinaram à ajuda para o desenvolvimento em 2007.” Ver “Bancos recebem ajuda de US\$ 4 trilhões. E o resto do planeta?” Carta Maior, 27.11.2008, disponível em

Os educadores diante da crise

A Escola é, simultaneamente, o espaço de reprodução e superação dos valores e da ideologia dominantes que contribuem para a conservação do *status quo*. A Educação é, portanto, um campo aberto à disputa. Enquanto educadores podemos contribuir para conservar ou transformar. Em outras palavras, a ação docente é inerentemente política. Não há saberes neutros e a pretensa neutralidade apolítica, típica do professor tecnocrata que se restringe, quando muito, à transmissão de conteúdos, é um auto-engano. Podemos nos limitar a desempenhar nossa função como profissionais do ensino ou atuarmos como “intelectuais transformadores que combinam a reflexão e prática acadêmica a serviço dos estudantes para que sejam cidadãos reflexivos e ativos”. Como argumenta Henry A. Giroux, é preciso:

“... repensar e reestruturar a natureza da atividade docente é encarar os professores como intelectuais transformadores. A categoria de intelectual é útil de diversas maneiras. Primeiramente, ela oferece uma base teórica para examinar-se a atividade docente como forma trabalho intelectual, em contraste com sua definição em termos puramente instrumentais ou técnicos. Em segundo lugar, ela esclarece os tipos de condições ideológicas e práticas necessárias para que os professores funcionem como intelectuais. Em terceiro lugar, ela ajuda a esclarecer o papel que os professores desempenham na produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais variados através das pedagogias por eles endossadas e utilizadas.

Ao encarar os professores como intelectuais, podemos elucidar a importante idéia de que toda a atividade humana envolve alguma forma de pensamento. Nenhuma atividade, independente do quão rotinizada possa se tornar, pode ser abstraída do funcionamento da mente em algum nível. Este ponto é crucial, pois ao argumentarmos que o uso da mente é uma parte geral de toda atividade humana, nós dignificamos a capacidade humana de integrar o pensamento e a prática, e assim destacamos a essência do que significa encarar os professores como profissionais reflexivos. Dentro deste discurso, os professores podem ser vistos não simplesmente como “operadores profissionalmente preparados para efetivamente atingirem quaisquer metas a eles apresentadas. Em vez disso, eles deveriam ser vistos como homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens”.⁴

Se a atuação como intelectuais transformadores é fundamental em tempos “normais”, em períodos de crise é imperativa. Claro, na perspectiva do docente consciente do seu papel e que não se limita ao pragmatismo e à rotina do ambiente de ensino e à racionalidade técnica instrumental.

Por outro lado, isso não significa que o professor como *intelectual transformador* deve ser doutrinador. Ele precisa respeitar o saber e valores do educando. Contribuir para que este seja reflexivo e crítico é diferente de qualquer tentativa, velada ou explícita, de impor as crenças e ideologias do educador. Como argumentei em outro texto⁵, a sala de aula não é “escola de formação de quadros” de partidos ou da organização “x”. A postura do professor, portanto, não deve ser a do “doutrinador político”, daquele que

http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15401. Acesso em 02 de junho de 2009.

⁴ Ver: GIROUX, Henry A. “Professores como intelectuais transformadores”. **REA**, nº 30, novembro de 2003, disponível em http://www.espacoacademico.com.br/030/30pc_giroux.htm. Acesso em 03 de junho de 2009.

⁵ Ver “[O professor e o MST](#)”, publicado em 25 de abril de 2009.

procura ganhar “corações e mentes” para a sua causa. Enquanto pessoa pública, ele tem outros espaços para defender sua ideologia.

O professor do tipo “dogmático” e “doutrinador” desconhece que sua contribuição maior não está em conquistar discípulos, mas em contribuir para que seus alunos possam decidir de forma autônoma. Por outro lado, estar em sala de aula, como afirma Paulo Freire (1997, p.110), “é uma presença política em si. Enquanto presença não posso ser uma *omissão* mas um sujeito de *opções*. Devo revelar aos alunos a minha capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper”. Respeitar o educando significa tratá-lo como sujeito do próprio destino, capaz de refletir, fazer opções e se responsabilizar. O educando não é um objeto manipulável e passível de ser moldado conforme os desígnios do professor.

A crise fragiliza ainda mais os educandos, potencializando a insegurança, suas carências sociais, familiares, etc. Se eles são lançados no desemprego, ou seus pais, suas vidas desestruturam-se ainda mais. A tensão e a violência no âmbito do ambiente escolar tendem a aumentar, expressão da realidade social global. As dificuldades econômicas e sociais, aliadas ao descrédito e descompasso cada vez mais crescente entre o tipo de educação que temos e as necessidades e o perfil do educando, favorecem a evasão e/ou a extensão da crise educacional. Assim, amplia-se, cada vez mais, o questionamento da educação formal. Talvez isto nos ajude a compreender a indisciplina na sala de aula e o fato de ser professor ter se tornado, em muitos lugares, uma “profissão de risco”.

A intensificação da crise econômica tende a contribuir para o aumento da indisciplina no ambiente escolar, na medida em que o desemprego atinge as famílias e suas condições de sobrevivência tornam-se precárias. Como observa os autores da revista *Educação de Classe*:

“O desemprego no Brasil aumentou em mais de 900 mil trabalhadores apenas nos três últimos meses de 2008, em todos os setores da economia, reflexo da atual crise econômica. Nós, educadores dos filhos da classe trabalhadora, estamos vivendo um momento muito crítico nas escolas. Comprovadamente, as relações entre as pessoas, o que inclui a família, são diferenciadas quando há, ou não, recursos para manter a casa. É comum ao ambiente escolar observarmos jovens irritados, indiferentes, desmotivados e muitos agressivos, por conta dessa desestruturação” (*CONSPIRAÇÃO SOCIALISTA*, 2009, p.7).

O problema da indisciplina não se explica pela crise, é anterior a esta e deve ser analisado com profundidade em todos os aspectos. Os efeitos da crise econômica, porém, deterioram as relações sociais e potencializam as tensões no interior da escola. Além disso, a política governamental pode se constituir em mais um fator de desestabilização dos relacionamentos no ambiente escolar:

“Por outro lado, os governos têm utilizado a crise para contingenciar os orçamentos, sob a alegação de diminuição na arrecadação de encargos e impostos. Só no município de São Paulo, 25% do orçamento está contingenciado, o que significa redução nas contas públicas. Os governos liberais, mesmo sob o rompante atual de estímulo ao consumo, tendem a cortar gastos sociais, portanto, é de se supor que, no próximo período, poderá não haver reajustes de salários e até atrasos nos pagamentos, como já ocorreu em vários estados da federação, mesmo em períodos de menor crise, ou de crise local. Essa constatação nos leva a crer que poderão ser afetados também os docentes, não só no seu humor e na saúde, como nas suas relações domésticas e, por que não, nas escolares, potencializando a indisciplina no ambiente escolar” (Id.).

A crise afeta educandos e educadores e compromete ainda mais a saúde física e psíquica deles. Uma educação comprometida com a perspectiva da transformação deve levar em conta esta realidade. Os professores precisam ajudá-los a enfrentar os efeitos da crise. Não se trata de adotar uma prática paternalista, mas de contribuir para que compreendam suas causas, os porquês e as perspectivas de superação. Talvez uma das principais contribuições que os educadores possam oferecer consista em estimular a reflexão sobre o mundo em que vivemos de forma a refletir criticamente sobre os fundamentos da crise.

O processo educativo, no entanto, não se restringe ao ambiente escolar. A educação não se limita ao seu aspecto formal. A escola, a universidade, por mais importante que sejam, refletem a sociedade e são profundamente influenciadas por ela. Não obstante, também podem influenciá-la. Neste sentido, devemos reconhecer os limites da nossa atuação como educadores. É um auto-engano nos vermos como *missionários iluminados* capazes de transformar a sociedade a partir da educação formal.

No entanto, é possível agir e ser diferente. A escola é um espaço contraditório e, por isso, um campo de possibilidades abertas à ação dos professores como “intelectuais transformadores”. Na medida em que a instituição escolar reflete as contradições sociais, também possibilita uma atuação pedagógica crítica. É precisamente por reconhecer as limitações inerentes ao âmbito escolar que os professores devem estender sua ação para além do espaço escolar, ou seja, enquanto sujeitos públicos. Como salienta Giroux:

“Essencial para a categoria de intelectual é a necessidade de tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico. Tornar o pedagógico mais político significa inserir a escolarização diretamente na esfera política, argumentando-se que as escolas representam tanto um esforço para definir-se o significado quanto uma luta em torno das relações de poder. Dentro desta perspectiva, a reflexão e ação críticas tornam-se parte de um projeto social fundamental de ajudar os estudantes a desenvolverem uma fé profunda e duradoura na luta para superar as injustiças econômicas, políticas e sociais, e humanizarem-se ainda mais como parte desta luta. Neste caso o conhecimento e o poder estão inextrincavelmente ligados à preposição de que optar pela vida, reconhecer a necessidade de aperfeiçoar o seu caráter democrático e qualitativo para todas as pessoas, significa compreender as condições necessárias para lutar-se por ela”.⁶

À *pedagogia do desespero* devemos opor a *pedagogia da esperança*, fundada na ação docente democrática e transformadora. A democratização das relações de poder no âmbito escolar é uma necessidade e, também, um desafio premente aos educadores. Presos à rotinização, aos procedimentos burocráticos e reduzidos a meros técnicos do saber, eles nem sempre percebem a importância de conferir poder e co-responsabilizar os educandos com o processo educativo. Não é suficiente que os educadores sejam críticos em relação ao poder dominante ou que adotem a retórica revolucionária no âmbito da militância sindical e/ou partidária. É necessário, sobretudo, a coerência entre discurso e prática. O exemplo ensina mais do que a fala!

Não basta pronunciar o discurso da democracia, é preciso agir democraticamente no núcleo vital da nossa atividade docente: a sala de aula. Não devemos esquecer que

⁶ GIROUX, Henry A. “Professores como intelectuais transformadores”. *REA*, nº 30, novembro de 2003, disponível em http://www.espacoacademico.com.br/030/30pc_giroux.htm. Acesso em 03 de junho de 2009.

também os oprimidos introjetam os valores do opressor. O militante sindical e político que defende a democracia no âmbito da sua atuação pode se revelar profundamente autoritário na relação com os educandos e com os próprios colegas no ambiente escolar. Atuar para democratizar as relações na escola é um bom começo para uma práxis que se pretenda transformadora.

Nos tempos atuais, a despeito de todas as dificuldades, aumenta a nossa responsabilidade, especialmente com os mais atingidos pela crise. Em momentos como este, a pergunta sobre o nosso papel e a função social das instituições públicas torna-se ainda mais premente. Precisamos refletir não apenas sobre a crise, mas também sobre a nossa postura como educadores e indivíduos com responsabilidade política e social.

Referências

“Bancos recebem ajuda de US\$ 4 trilhões. E o resto do planeta?” **Carta Maior**, 27.11.2008, disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15401. Acesso em 02 de junho de 2009.

“Número global de desempregados pode passar de 200 milhões”. **Carta Maior**, 28.10.2008, disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15334. Acesso em 02 de junho de 2009.

“Tomada de fábrica por operários vira luta nacional nos EUA”. **Carta Maior**, 10.12.2008, disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15421. Acesso em 02 de junho de 2009.

CONSPIRAÇÃO SOCIALISTA. **Revista Educação de Classe**, nº 0, maio de 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª edição, 1997.

GIROUX, Henry A. “Professores como intelectuais transformadores”. **REA**, nº 30, novembro de 2003, disponível em http://www.espacoacademico.com.br/030/30pc_giroux.htm. Acesso em 03 de junho de 2009.